

# MEDIDAS DE RESPOSTA À COVID-19:

## RECOMENDAÇÕES AOS MINISTROS FINANCEIROS DO G20

## SOBRE INVESTIR EM PESSOAS PARA UMA RECUPERAÇÃO

### JUSTA

A Anistia Internacional pede aos Ministros Financeiros do G20 que demonstrem liderança global, adotando em sua reunião de 18-19 de julho de 2020 planos ousados que invistam nas pessoas para uma recuperação justa da pandemia de Covid-19, respeitando a gama completa de direitos humanos. Precisamos construir um futuro melhor para todos.

### INVESTINDO NAS PESSOAS PARA UMA RECUPERAÇÃO JUSTA E UM FUTURO MELHOR

A COVID-19 pôs em destaque nossas vulnerabilidades e também nossa interconexão. Ela trouxe para o primeiro plano desigualdades estruturais preexistentes em nossas sociedades que derivam da ordem econômica, educacional, social e de trabalho atual, que continuam a alimentar e fazer crescer a desigualdade. A pandemia também destacou a desigualdade enorme presente entre e no interior de países no que diz respeito a seu acesso a recursos materiais e técnicos. Enquanto medidas de resposta à COVID-19 foram implementadas em muitos países – muitas das quais teriam parecido impensáveis antes, como as medidas para combater a situação das pessoas sem-teto ou a prestação de assistência social em níveis imensos --, seu impacto será muito diferente conforme a capacidade de cada país de investir suficientemente em sua economia e conforme seus sistemas de assistência social e de saúde. Sem medidas urgentes e direcionadas baseadas na solidariedade e cooperação internacional, existe um risco grave de desemprego em massa, crises habitacionais e de saúde e até mesmo de fome em grande escala nos países com menos recursos.

As pessoas dos grupos mais marginalizados, especialmente pessoas com identidades múltiplas e interseccionais, provavelmente correm o risco maior de infecção pelo vírus e também de sofrer as consequências adversas da resposta à pandemia. Isso ocorre tanto nos países ricos quanto nos de baixa renda, onde pessoas em situação de rua, deslocadas, que estão na prisão ou em centros de detenção de imigrantes, que vivem em habitações inadequadas ou campos de refugiados, ou que trabalham em condições superlotadas e insalubres, correm risco maior de ser infectadas em primeiro lugar. Em muitos países, essas são principalmente pessoas de minorias étnicas ou pessoas que sofrem discriminação estrutural, inclusive com base em seu trabalho ou ascendência.<sup>1</sup>

As consequências econômicas adversas da COVID-19 têm sido desiguais e desproporcionais, atingindo mais fortemente os trabalhadores em situação empregatícia precária – especialmente os do setor informal e da chamada *gig economy* (economy de freelancers), incluindo migrantes, e os que atuam nas cadeias de abastecimento no Sul Global. Há um risco de que os países enfraqueçam os padrões trabalhistas para incentivar o investimento e fortalecer a economia.<sup>2</sup> Como em outras crises, mulheres e meninas correm o risco de ser impactadas de modo especial e desproporcional. Do mesmo modo, pessoas LGBTI, povos indígenas, pessoas discriminadas por sua ascendência e seu trabalho, comunidades refugiadas e migrantes e pessoas com deficiências, entre outras, e mulheres e meninas desses grupos, estão entre as que frequentemente são ignoradas e às quais é negada uma voz na criação de políticas públicas em resposta às crises e que, desse modo, se veem ainda mais marginalizadas. Pessoas mais velhas e pessoas com deficiências, mesmo quando não são diretamente afetadas pelo vírus, frequentemente se veem mais isoladas, e medidas

<sup>1</sup> Don Bambino Geno Tai, Aditya Shah, Chyke A Dubeni, Irene G Sia e Mark L Wieland, *The Disproportionate Impact of COVID-19 on Racial and Ethnic Minorities in the United States* (O Impacto Desproporcional da COVID-19 sobre Minorias Raciais e Étnicas nos Estados Unidos), junho de 2020, <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32562416/> e Comissão Europeia, VISÃO GERAL DO IMPACTO DAS MEDIDAS CONTRA O CORONAVÍRUS SOBRE AS COMUNIDADES CIGANAS MARGINALIZADAS NA UE, 23 de abril de 2020, [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/overview\\_of\\_covid19\\_and\\_roma\\_-impact\\_-measures\\_-priorities\\_for\\_funding\\_-23\\_04\\_2020.docx.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/overview_of_covid19_and_roma_-impact_-measures_-priorities_for_funding_-23_04_2020.docx.pdf)

<sup>2</sup> Hindustan Times, *Some states put freeze on labour laws to get business going*, (Alguns Estados congelam leis trabalhistas para reabrir atividade comercial), 9 de maio de 2020, <https://www.hindustantimes.com/india-news/some-states-freeze-labour-laws/story-6JMELEPdIugsHt8YjQT5vN.html>

de saúde pública adotadas no contexto da COVID-19 podem dificultar ainda mais o acesso de muitas pessoas desses grupos a necessidades e serviços essenciais, como moradia, água e saneamento básico.

A pandemia revelou que a segurança de todos nós depende da segurança da pessoa mais marginalizada entre nós. Se quisermos construir resiliência para enfrentar crises futuras, precisamos combater as desigualdades existentes – não apenas com a resposta à crise, mas também por meio de mudanças estruturais de longo prazo. Os planos para a recuperação desta crise não podem mais uma vez se fundamentar em medidas de austeridade adotadas sem salvaguardas adequadas e sem levar os direitos humanos na devida conta. As medidas temporárias adotadas para apoiar pessoas no acesso a seus direitos econômicos e sociais durante a pandemia, como habitação emergencial temporária para pessoas em situação de rua, a suspensão de despejos e o apoio econômico direcionado, devem formar a base da recuperação. Será crucial conservar os níveis equivalentes de proteção aos direitos econômicos e sociais durante a fase da recuperação. Os países do G20 precisam liderar a passagem para uma recuperação justa e inclusiva que coloque em seu centro o bem-estar das pessoas e do planeta. Isso não funcionará como freio ao progresso e inovação, mas, pelo contrário, construirá economias que são resilientes, protegem os direitos humanos e respeitam os limites ambientais. Sem essas mudanças, será impossível alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que o G20 se comprometeu a implementar.

A responsabilidade ética também deve formar uma parte crucial da recuperação da pandemia, para que os países possam aprender lições para assegurar que qualquer falha em defender adequadamente os direitos humanos em suas respostas não se repita em quaisquer ondas futuras da pandemia de COVID-19 ou em quaisquer outras epidemias. Devem ser realizadas revisões abrangentes, eficazes e independentes do preparo para a pandemia, com medidas eficazes e acessíveis para remediar quaisquer violações dos direitos humanos que se verifique que tenham ocorrido.

## RECOMENDAÇÕES AOS MINISTROS FINANCEIROS DO G20

A Anistia Internacional faz as seguintes recomendações aos países membros do G20 e àquele convidados para o processo de 2020 ao desenvolverem Planos de Ação do G20 contra a COVID-19 e pacotes de recuperação e estímulo econômico ao nível nacional:

### CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR ATRAVÉS DE UMA RECUPERAÇÃO JUSTA, INVESTINDO NAS PESSOAS

- Investir urgentemente em sistemas de saúde e proteção social que fomentem a igualdade e não-discriminação e ofereçam acesso a habitação adequada e serviços essenciais para todos, incluindo migrantes e aqueles forçados a buscar refúgio em outro país devido a conflito e perseguição em seus próprios países.
- Evitar medidas de austeridade adotadas sem salvaguardas adequadas e sem a devida consideração pelos direitos humanos.
- Adotar medidas urgentes para realizar o compromisso do G20 com a Cobertura Universal de Saúde, assegurando acesso igual à assistência de saúde a todas as pessoas, sem discriminação. A incapacidade de pagar ou o status de imigração nunca devem constituir barreiras ao acesso igual à assistência de saúde.
- Criar um novo acordo de assistência social:
  - Proteger os direitos dos trabalhadores e assegurar que eles sejam valorizados e recebam remuneração justa – incluindo os trabalhadores migrantes;
  - Assegurar que todos sejam protegidos contra a perda de renda, incluindo em decorrência de desemprego, velhice e doença, e que o trabalho de cuidadores seja valorizado e remunerado apropriadamente;
  - Pôr fim ao desabrigado e acabar com os despejos forçados. Garantir que todos possam ter acesso a habitação a preço acessível, água e saneamento básico adequados. Alocar os recursos necessários para isso, partindo de medidas temporárias onde estas existirem.
- Assegurar que todas as medidas satisfaçam as necessidades específicas de mulheres e meninas e sejam adequadamente financiadas para isso, em conformidade com o compromisso assumido pelo G20 em 2019 de “adotar ações adicionais para melhorar a qualidade do emprego de mulheres, reduzir as disparidades de gênero na remuneração, acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres, combater estereótipos e reconhecer as mulheres como agentes de paz e da prevenção e resolução de conflitos”<sup>3</sup>;
  - Dar passos urgentes para implementar o compromisso do G20 em reduzir a disparidade salarial de gênero em 25% até 2025, investindo no empoderamento econômico das mulheres;
  - Proporcionar ensino público e contestar as normas de gênero de modo a assegurar a igualdade de gênero, incluindo uma divisão mais igual da carga dos cuidados não remunerados.

<sup>3</sup> G20 Osaka Leaders' Declaration, 29 June 2019, <http://www.g20.utoronto.ca/2019/2019-g20-osaka-leaders-declaration.html>

- Reconhecer explícita e publicamente o papel importante exercido pelas defensoras e os defensores dos direitos humanos na resposta à pandemia, incluindo com o monitoramento das respostas governamentais, e garantir que elas e eles sejam protegidos contra ataques físicos e verbais e capacitados para realizar seu trabalho importante.
- Assegurar apoio orçamentário adequado para revisões abrangentes, eficazes e independentes dos níveis de preparo e resposta pandêmica dos países do G20, com vistas a aprender lições e oferecer soluções para reparar quaisquer falhas identificadas na defesa adequada dos direitos humanos.

A COVID-19 é uma crise não apenas de saúde e econômica, mas também de direitos humanos. Ela também nos mostrou que os governos são capazes de adotar ações urgentes, rápidas, decisivas e multissetoriais na resposta emergencial que protegem os direitos econômicos, sociais e culturais. Esta é uma oportunidade para o G20 demonstrar liderança global enquanto avançamos de emergência para recuperação, para criar uma “nova normalidade” que seja justa, equitativa e não deixe ninguém para trás.